



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

II SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**“PEDIDO DE INFORMAÇÕES AO GOVERNO PELAS BANCADAS
PARLAMENTARES DA FRELIMO E DA RENAMO”**

Intervenção de S. Excia Aiuba Cuereneia,

Ministro da Planificação e Desenvolvimento

Maputo, 20 – 21 de Outubro de 2010

**SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA,
EXCELÊNCIA**

SENHOR PRIMEIRO MINISTRO, EXCELÊNCIA,

SENHORES DEPUTADOS, EXCELÊNCIAS,

SENHORES MINISTROS E VICE-MINISTROS,

DISTINTOS CONVIDADOS,

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

1. É com grande honra e alto sentido de responsabilidade que, mais uma vez, nos dirigimos a V. Excias, Senhores Deputados, e através de vós a todo o Povo moçambicano, do Rovuma ao Maputo, para prestarmos informação sobre as questões colocadas ao Governo, relacionadas com o custo de vida em Moçambique e as acções implementadas pelo Governo para solucionar este problema tanto a curto como a médio e longo prazos.
2. Antes porém, permita-nos, Senhora Presidente da Assembleia da República, saudar a população do nosso País que, dia-a-dia, de forma abnegada, tem vindo a trabalhar arduamente em prol da nossa agenda nacional – o Combate a Pobreza, no campo e na cidade, para melhorar as suas condições de vida em ambiente de paz, harmonia e tranquilidade.

3. Na prossecução da nossa agenda de governação, associada ao esforço colectivo de todo o Povo Moçambicano, temos vindo a concentrar a nossa acção governativa na promoção do crescimento sócio-económico rápido, sustentável e abrangente, com incidência de acções na área de desenvolvimento rural, serviços sociais básicos e infraestruturas, criação de oportunidades de emprego, bem como na criação de um ambiente favorável ao investimento privado e desenvolvimento do empresariado nacional.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

4. 2010 constitui o primeiro ano do início da implementação do Programa Quinquenal do Governo (2010-2014) cujas áreas de intervenção e acção estratégicas foram apresentadas por S.Excia o Primeiro Ministro.
5. Transcorridos cerca de 7 meses de implementação do Programa do Governo através do Plano Económico e Social e respectivo Orçamento do Estado de 2010, todos aprovados por V.Excias, representantes do nosso povo, o balanço das realizações é positivo, não obstante a conjuntura internacional desfavorável, como V.Excias podem testemunhar no documento do Balanço do I Semestre do Plano Económico e Social de 2010 já submetido pelo Governo a esta Magna Casa.
6. Para demonstrar os sucessos alcançados neste período, permitam-me que partilhe com V.Excias alguns resultados:

7. A economia do País, medida pelo Produto Interno Bruto, cresceu no I Trimestre deste ano 9.5% e a produção global situou-se no I Semestre em 7.4%, cifra situada acima da meta prevista para o ano de 2010, na ordem dos 6.2%.
8. De notar que a manutenção do crescimento económico regista-se mesmo no contexto das crises e é impulsionado pelos sectores dos serviços e infraestruturas.
9. A taxa de inflação média, medida pelo Índice de Preço ao Consumidor da cidade de Maputo, situou-se em 5.7%, influenciada em parte pela actualização dos preços de alguns produtos administrados; o fortalecimento do rand como resultado da fortificação da cotação do ouro e do efeito positivo dos ganhos com a realização da Copa do Mundo na República da África do Sul; e o agravamento do preço do petróleo no mercado internacional entre Janeiro a Junho, em cerca de 57%.
10. Relativamente às exportações de bens, dados disponíveis indicam que as exportações atingiram cerca de 1010 milhões de dólares durante o I Semestre, contra 910 milhões de dólares no período homólogo anterior.
11. Registamos, igualmente, no I Semestre, um saldo de reservas internacionais líquidas de 1 742 milhões de dólares cobrindo cerca de cinco meses de bens e serviços não factoriais. De notar que este valor se situa acima dos 3 meses de cobertura previstos pelo Programa de Convergência Macroeconómica da região da SADC.

12. Registamos, de igual modo, a aprovação no I Semestre, de 93 novos projectos de investimento totalizando cerca de 466 milhões de dólares e susceptíveis de criar cerca de 8 mil empregos, como resultado da criação de condições atractivas para o investimento.
13. A par destes potenciais empregos, gostaríamos de enaltecer o esforço que está sendo feito para a criação de emprego em todo o País. São exemplos, os empregos criados nas minas de carvão de Tete, nos projectos de reflorestamento de Niassa, na produção de banana em Nampula; na construção de infraestruturas na Zona Económica Especial de Nacala; nas obras de construção do terminal do Aeroporto de Maputo; nas obras de construção de sistemas de abastecimento de água; na fábrica de descarroçamento de algodão em Manica, entre outros.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

14. Como nos referimos no início da nossa intervenção, a nossa economia tem estado sujeita a efeitos negativos das crises internacionais. No entanto, é importante notar que esta conjuntura económica internacional continua sombria, pois, os indicadores da economia mundial sugerem que a recessão ainda não terminou e que a estabilização é desigual entre os países, pelo que subsiste algum cepticismo quanto à retoma do crescimento económico previsto para o presente ano.

15. Outrossim, gostaríamos de enfatizar, que choques externos resultantes desta conjuntura tem repercursões negativas em todos os países e sobretudo nas economias em desenvolvimento, como a nossa, pois, vem agudizar, ainda mais, a nossa vulnerabilidade económica e por consequência, agravar o custo de vida na população.

16. Como certamente todos estamos recordados, desde 2008, Moçambique tem estado a sofrer e a responder positivamente a sucessivas crises internacionais e regionais: desde a crise de combustíveis, em 2008; a alta de preços de cereais, igualmente, em 2008, a crise energética na região da SADC, e a crise financeira e económica iniciada em 2009 a esta parte. Do mesmo modo, como reflexo do impacto das mudanças climáticas, prevê-se que a crise alimentar volte a afectar as economias, principalmente, resultante da queda da produção mundial de cereais.

17. Estas crises têm impacto, principalmente, na redução da procura global de bens e serviços; na fraca utilização dos nossos corredores de desenvolvimento; na redução das exportações tradicionais; pressão sobre a procura de divisas para fazer face as importações do País; abrandamento do fluxo do investimento directo estrangeiro inibindo a concretização e expansão de importantes projectos de investimento; declíneo do fluxo de turistas, agravamento do serviço da dívida externa decorrente da apreciação do dólar; e restrições na facilidade de mobilização de financiamento externo.

18. Para fazer face a esta conjuntura internacional desfavorável, desde o início das crises em 2008, o Governo tomou, oportunamente, uma série de medidas visando minorar o seu impacto no tecido social e económico.
19. Dentre outras medidas, e como antevisão e preparação do País a crises alimentares futuras, em 2008, o Governo tomou uma decisão sábia ao aprovar e implementar o Plano de Acção para a Produção de Alimentos, no âmbito da aceleração da implementação da Revolução Verde, visando aumentar a produção e produtividade de cereais (milho, arroz e trigo), tubérculos (mandioca e batata-reno) e oleaginosas (soja e girassol).
20. Para assegurar a materilização deste plano, o Governo aumentou o volume de recursos directamente canalizados ao sector da agricultura que passaram de 4% para 7% do total do Orçamento de Estado.
21. Iguamente, em 2008, o Governo atribuiu, no período da crise, o subsídio de combustíveis aos serviços de transportes semi-colectivos urbanos devidamente licenciados em todo o País, através do reembolso do diferencial do preço de gasóleo por litro; o diferimento do pagamento de direitos aduaneiros e IVA na estrutura dos preços de importação do gasóleo e petróleo, bem como o diferimento do IVA sobre o gasóleo quando destinado ao uso em sectores produtivos.

22. Para assegurar uma resposta harmoniosa e atempada de Moçambique às sucessivas crises, o Governo criou os Grupos de Acompanhamento da Situação Financeira Internacional e do Crescimento Económico. No tocante à crise mundial de alimentos, o Governo auxiliou o sector privado na procura de mercados preferenciais para a aquisição de cereais e outros produtos a preços favoráveis.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

23. Não obstante o esforço que o Governo tem vindo a realizar no sentido de manter o crescimento económico e assegurar que os seus ganhos se revertam na melhoria das condições da vida da população, o efeito combinado e prolongado destas crises contribuiu para a erosão das condições de vida da população, facto testemunhado pelo aumento do custo de vida.

24. Na verdade, o aumento do custo de vida foi sentido por todas as famílias moçambicanas que viram reduzida a sua capacidade de aquisição de alimentos e outros bens essenciais, devido ao:

- Aumento contínuo do preço do petróleo bruto no mercado internacional, agravando os preços internos;
- Descongelamento dos preços dos combustíveis líquidos;
- Fortificação do dólar e do rand, moedas de referências nas trocas comerciais do País;
- Fraca oferta interna de hortícolas pelas cinturas verdes das cidades;

- Declínio das exportações, o que reduz o fundo cambial disponível para financiar as importações e faz pressão à taxa de câmbio;
- Lenta capacidade de geração de emprego, como consequência da fraca produtividade e eficiência das empresas.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

25. Ciente das consequências do progressivo aumento do custo de vida, sobre a tranquilidade, em geral, e da harmonia e coesão social, o Governo tem vindo, por um lado, a implementar medidas de curto prazo, com vista a corrigir os impactos negativos das crises na economia das famílias, e por outro lado, reforçar e acelerar a implementação das medidas de médio e longo prazos já em curso no País, explicitamente viradas à aceleração e consolidação do aumento da produção e da produtividade, sobretudo, na agricultura, e na criação de emprego.

26. Com efeito, dentre as medidas implementadas com vista a atenuar, os efeitos negativos imediatos na carestia da vida, e com impacto nos preços, compreendem:

- A retirada do aumento das tarifas de água e energia para o escalão de consumo social;
- Facilitação de novas ligações de energia e água passando a pagar uma taxa promocional de 875 Meticais, e 2 mil Meticais, respectivamente, e em prestações;
- Manutenção do preço do pão através da introdução de subsídio

- Eliminação da dupla cobrança da taxa de lixo nas facturas de energia nos consumidores de energia pré-pago.
- Suspensão temporária da sobretaxa da importação do açúcar;
- Manutenção das medidas fiscais em curso para importação de alguns produtos alimentares básicos (batata, tomate, cebola e ovos), nomeadamente, o estabelecimento de preços de referência abaixo dos reais para cobrança de direitos aduaneiros e IVA.
- Redução do preço do arroz com 15% partido, em 7.5%, através do diferimento dos respectivos direitos aduaneiros.
- Congelamento do aumento do salário e subsídios dos dirigentes superiores do Estado, bem como dos membros dos Conselhos de Administração das Empresas Públicas e das empresas maioritariamente participadas pelo Estado, devendo os salários serem pagos em moeda nacional.

27. Do mesmo modo, para garantir a sustentabilidade das medidas tomadas, o Governo decidiu, igualmente, acelerar a implementação de medidas na esfera macro-económica, nomeadamente:

- Conter a despesa pública, através da racionalização da despesa corrente derivada dentre outras, da redução nas componentes de comunicações, combustíveis, composição das delegações governamentais, passagens e ajudas de custos;
- Reforçar as medidas tendentes a estabilização do Metical, através da intensificação de acções inspectivas junto às instituições financeiras;

- Reforçar a obrigatoriedade de fixação, facturação e pagamento das despesas em moeda nacional;
 - Reforçar as acções inspectivas de colocação de preços dos produtos nos estabelecimentos comerciais;
 - Não criação de novas instituições que acarretem custos adicionais para o Orçamento do Estado;
 - Manter e assegurar os subsídios aos transportes urbanos de passageiros licenciados;
 - Prosseguir o ajustamento dos preços dos combustíveis de acordo com a evolução do mercado internacional;
28. Nestes termos, gostaria de sublinhar que grande parte das medidas tomadas para a contenção de despesas tem em vista obter poupanças para a sua reorientação para os subsídios necessários. As medidas de carácter fiscal têm a sua vigência até Dezembro do ano em curso.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

29. A implementação concertada das medidas a que acabei de me referir têm surtido resultados positivos. Com efeito, elas permitiram manter a estabilidade dos preços e a criação da poupança do Orçamento do Estado.
30. Neste contexto, na área de abastecimento de água foram realizadas, entre os meses de Setembro e Outubro de 2010, 8 mil e 300 novas ligações domésticas e construídos 25 fontanários, ou seja, decorrente da redução da taxa de ligação de água de 4 mil

- para 2 mil meticais, cerca de 57 mil pessoas passaram a ter acesso ao serviço de abastecimento de água, número que poderá elevar-se para cerca de 123 mil pessoas até ao final de ano.
31. Relativamente ao acesso à energia eléctrica, apraz-nos registar a realização de 62 mil ligações, nas zonas periféricas das cidades, totalizando 808 mil consumidores. Estas ligações resultam da aplicação da tarifa promocional de 875MT e o pagamento em prestações, contra a tarifa real de 3.500MT.
 32. No âmbito das campanhas em curso visando a massificação e disseminação dos sistemas pré-pago (Credelec), foram efectuadas 6 mil novas ligações ao sistema Quadrolec para famílias de baixa renda vivendo em casas não convencionais, o que elevou a cobertura de consumidores de energia.
 33. Igualmente, estão a ser desenvolvidos esforços com vista a eliminação da dupla cobrança da taxa de lixo nas facturas de energia para os consumidores do sistema Credelec, com destaque para as campanhas de esclarecimento sobre os mecanismos a observar para prevenir a dupla cobrança da taxa de lixo.
 34. Na prossecução da nossa aposta de concluir a electrificação de todas as 128 sedes distritais à rede eléctrica nacional, completamos a ligação de 95 sedes distritais com destaque para Mecanhelas, Maua, Metarica, Sanga e Marrupa, na Província do Niassa, cuja conclusão está prevista para finais do presente ano.
 35. No âmbito da estabilização e/ou manutenção do preço do pão, O Governo iniciou o processo de compensação, primeiro, às

- moageiras, e actualmente, às panificadoras no valor de 200 meticais por cada saco de 50Kgs de farinha de trigo.
36. Do mesmo modo, no âmbito dos esforços para redução dos custos de importação da farinha de trigo bem como da promoção de novos hábitos alimentares, está em curso o processo de promoção do consumo de pão que adicione a farinha de mandioca, através da instalação de linhas de processamento da farinha de mandioca nas províncias de Inhambane (Inharrime) e Nampula (Ribaué). Prevemos a instalação destas unidades industriais nas províncias potencialmente produtoras da mandioca, nomeadamente, Zambézia, Cabo Delgado e Gaza.
37. A manutenção das medidas fiscais para batata, cebola, tomate e ovos, associado ao incremento da produção nacional, permitiu a redução e estabilização dos preços destes produtos no mercado nacional. A manutenção desta medida significa que mesmo que aumentem os preços de importação, o Governo vai manter a actual incidência fiscal permitindo que os produtos cheguem ao consumidor a preços acessíveis.
38. No caso específico do arroz, o Governo iniciou o processo de promoção da importação do arroz com 15% partido, de modo a alargar o leque de escolha das populações.
39. De notar que, este tipo de arroz não era habitualmente importado. Assim, foram definidos os mecanismos de controlo da sua importação e comercialização, e esperamos para finais de

Outubro de 2010 a chegada da primeira remessa para comercialização a nível nacional.

40. No âmbito das medidas de contenção do Orçamento do Estado, incluindo as despesas nas empresas públicas, fundos e institutos públicos, bem como de empresas maioritariamente participadas pelo Estado, foi criada uma poupança que permitirá a implementação de projectos susceptíveis de criar cerca de 10 mil novos postos de trabalho.
41. Outrossim, a intervenção do Governo ao nível do mercado cambial interbancário, quer através da injeção de liquidez em divisas, quer através da disponibilização de divisas para a importação dos combustíveis líquidos, resultou na estabilização da nossa moeda nacional, que em Setembro de 2010, apreciou em todos os segmentos do mercado, nomeadamente, no Mercado Cambial Interbancário em 2.31% e bancos comerciais em 1.8%.
42. O Governo continuará a manter os níveis actuais da taxa sobre os combustíveis na sua estrutura de preços visando minorar os efeitos negativos de uma eventual subida dos preços de combustível decorrentes da subida do preço no mercado internacional.
43. Como corolário das medidas em curso, a nossa moeda, o Metical apreciou-se passando dos anteriores, acima de 38 meticais por dólar para cerca de 37 meticais por dólar; a inflação registou, pela primeira vez neste ano, uma variação negativa mensal no mês de Setembro, permitindo estabilizar a taxa de inflação acumulada em cerca de 12%.

44. Todavia, o Governo continuará a monitorar este indicador nos próximos tempos, considerando a época de pico do aumento dos preços decorrente da quadra festiva.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

45. Tendo em vista dinamizar a economia, incentivar o aumento da produção e da produtividade e garantir a satisfação do consumo interno, o aumento das exportações e a promoção da substituição das importações, condições essenciais para reduzir a dependência externa e a melhoria das condições de vida da população, a aposta do Governo a médio e longo e prazos reside na continuação da melhoria do ambiente de negócios, realização de investimentos em sectores estratégicos e com vantagens comparativas.

46. Nestes termos, o Governo continuará a implementar o Programa do Governo, prestando particular atenção as áreas da agricultura, infraestruturas e programas sociais visando o combate a pobreza.

47. Na agricultura, o Governo prosseguirá com a implementação do Plano de Acção para a Produção de Alimentos 2008-2011, no âmbito da implementação da estratégia da Revolução Verde, tendo em vista:

- A aquisição e produção de semente de qualidade;
- Intensificação da produção de hortícolas junto dos centros urbanos, onde iremos construir 28 estufas nas zonas Verdes das cidades de Nampula, Beira e Maputo, em parceria com o sector privado;

- Investimento em infraestruturas para conservação de produtos frescos disponíveis no País, nomeadamente na cidade de Chimoio (Manica), em Lichinga (Niassa), na Frigo (cidade da Matola) e na Moamba (Província de Maputo);
- Intensificação da produção de batata-reno, produção e processamento da mandioca;
- Produção de arroz, incluindo a introdução de variedades de ciclo curto de modo a assegurar a realização de duas colheitas nas zonas com condições agro-ecológicas favoráveis nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Sofala e Gaza.
- Investimento em toda a cadeia de valor, ou seja, desde as infraestruturas de produção até a conservação, transporte, comercialização e processamento da produção agrária.

48. Na área de infraestruturas, continuaremos a implementar o programa de investimento em infraestruturas constantes do Programa Quinquenal do Governo, principalmente nas áreas de energia, estradas e pontes, gestão de águas e minas que assegurem o incremento da produção e criação do emprego, designadamente:

- Construção da linha dorsal de transporte de energia Tete-Maputo, de modo a permitir o escoamento da energia eléctrica para os centros de consumo;
- Reabilitação das centrais hidroeléctricas;
- Construção da Barragem de Mpanda Nkuwa e da central eléctrica de Benga com o objectivo de aumentar a disponibilidade do fornecimento de energia no País;
- Reabilitação de estradas e construção de novas pontes;

- Construção de silos estratégicos para armazenamento de cereais e infraestruturas de armazenamento de combustíveis e de produtos frescos;
- Continuação da exploração sustentável dos recursos minerais, tais como o carvão mineral em Tete;
- Construção e ampliação dos sistemas de abastecimento de água, saneamento e barragens;
- Construção de fábricas de cimento em Matutuine e Magude, com vista a incrementar a disponibilidade deste produto e conseqüente redução do preço para a indústria nacional de construção;

49. O combate a pobreza constitui o centro da nossa acção governativa, e reconhecendo o impacto negativo da migração contínua da população do campo para as cidades no aumento da pressão sobre a oferta de emprego para a população urbana, na sua maioria pouco empregável, o Governo elaborou um programa estratégico de combate à pobreza urbana que será integrado na estratégia de redução da pobreza que operacionaliza o Programa Quinquenal do Governo, cujas componentes principais compreendem:

- Geração do emprego e formação profissional para auto-emprego;
- Incentivo para a criação e financiamento de associações de produtores;
- Promoção da criação de pequenas e médias empresas;
- Protecção social básica a pessoas pobres e vulneráveis;

- Incentivar o aumento da produção de hortícolas ao longo do ano nas cinturas verdes das cidades através da instalação de estufas nas principais cidades, fortalecer os sistemas de frio para conservação dos produtos frescos; e
 - Promoção de produtos substitutos e sucedâneos, com preços reduzidos.
50. Para assegurar o arranque deste programa o Governo inscreveu uma verba de 140 milhões de meticais na Proposta do Orçamento do Estado para 2011.
51. Para que acções estratégicas inscritas no Programa Quinquenal do Governo tenham uma forte contribuição da componente interna do Orçamento, a par do apoio externo, o Governo continuará a incrementar o nível de arrecadação das receitas, através do alargamento da base tributária, incluindo o sector informal, e o combate a evasão fiscal, mediante o reforço da acção inspectiva.

SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

SENHORES DEPUTADOS

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

52. Como Vossas Excelências puderam constatar, evidenciamos, de forma inequívoca, que o combate a pobreza, foi sempre uma preocupação e foco central da acção do nosso Governo, o qual sempre respondeu, de forma oportuna e eficaz para a estabilização da vida do nosso glorioso Povo, especialmente em todos os

momentos cruciais em que o País esteve sob pressão imposta pela sucessão de crises internacionais, agravadas internamente pela ocorrência de desastres naturais.

53. Gostaríamos igualmente, de reiterar, que as medidas que tomamos não podem, de nenhuma forma, ser vistas como algo novo. Pelo contrário, cada medida que tomamos deve ser vista como a continuação da nossa acção concertada e esclarecida de agir com vista a fortalecer o impacto das medidas de redução do custo de vida já em curso no País desde 2008.

54. O Governo tem vindo a implementar esta série de medidas de forma responsável e comprometido com o bem-estar do Povo, pois, acreditamos, inequivocamente, que este é o caminho que todos nós devemos seguir com coragem, persistência e determinação.

55. Afirmamos perante Vossas Excelências, que estas medidas são, na nossa perspectiva, suficientes para o contexto sócio-económico em que elas foram tomadas, tendo em conta o seu carácter de curto prazo. Queremos, igualmente, assegurar a esta casa do Povo, que elas são sustentáveis, pois, geram poupança decorrente da contenção orçamental suficiente para o financiamento dos custos da implementação das medidas tomadas.

56. Outrossim, dizemos de viva voz que os resultados já são visíveis: os preços dos produtos estão estáveis, e a tensão social desapareceu. Finalmente, gostaríamos de reiterar que a implementação das medidas de médio e longo prazos decorrerá, em

primeiro lugar, como parte do próprio processo da implementação do Programa Quinquenal do Governo

57. Assim, acreditamos que como resultado destas medidas, mais alimentos produzidos na nossa terra chegarão cada vez mais baratos a mais concidadãos hoje carenciados. Acreditamos ainda que a implementação com sucesso de todo este conjunto de medidas, contribuirá para a estabilidade e harmonia social no seio da família Moçambicana.

Muito Obrigado Pela Vossa Preciosa Atenção